

ESPAÇO SOCIAL REIFICADO, ESPAÇO DE SOCIAÇÃO E TERRITÓRIOS: um quadro teórico para leitura relacional de processos de segregação e fragmentação socioespacial

REIFIED SOCIAL SPACE, SOCIATION SPACE AND TERRITORIES: a theoretical framework for a relational interpretation of processes of socio-spatial segregation and fragmentation

João Flávio Menezes Amaral¹

UFPE: <https://orcid.org/0000-0003-4878-1312>

DOI: [10.21680/1982-1662.2023v6n36ID31612](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2023v6n36ID31612)

Resumo

Este artigo articula a teoria social de Bourdieu, o campo da análise de redes sociais e a concepção de Haesbaert de territórios, propondo um quadro teórico para uma interpretação relacional da segregação e fragmentação urbana como processos de (re)produção do espaço social. Propomos uma ênfase em uma "tradução integrada" do espaço social. O espaço simbólico da cultura; o processo de reificação do espaço social como apropriação do espaço físico; e o que definimos como 'espaço de socição' - referindo-se às redes sociais como estruturas de ligação e interação também orquestradas pelo funcionamento do habitus - são mostrados como 'estruturas estruturantes' inter-relacionadas em processos multiescalares e multidimensionais de (des)territorialização urbana. Desta forma, oferecemos uma matriz conceitual que interpreta diferentes e complexas formas de divisão socioespacial a partir do mesmo princípio agonístico de disputas por recursos socialmente posicionais.

¹ E-mail: joaofmamaral@gmail.com

Palavras-chave: Segregação urbana. Fragmentação socioespacial. Espaço social. Redes sociais. Territórios.

Abstract

This paper articulates Bourdieu's social theory, the field of social network analysis and Haesbaert's conception of territories, proposing a theoretical framework for a relational interpretation of urban segregation and fragmentation as processes of (re)production of the social space. We propose an emphasis on an 'integrated translation' of social space. The symbolic space of culture; the process of reification of social space as appropriation of physical space; and what we define as 'sociation space' - referring to social networks as bonding and interaction structures also orchestrated by the operation of the *habitus* - are shown as interrelated 'structuring structures' in multiscalar and multidimensional processes of urban (de)territorialization. In this way, we offer a conceptual matrix that interprets different and complex forms of socio-spatial division from the same agonistic principle of disputes for social positioning resources.

Keywords: Urban segregation. Socio-spatial fragmentation. Social space. Social networks. Territories.

Introdução

Pesquisas sobre segregação urbana partem de teorias que trazem, mais ou menos explicitamente, posições ontológicas e epistemológicas sobre o social e o espacial que se desdobram em modos de objetivação e metodologias, ou seja, operacionalizações coerentes distintas de conceitos em quadros e modelos teóricos para a construção e explicação do problema. Em alguma medida, no entanto, tais posições se constituem elas mesmas em fontes de limitações de compreensão do fenômeno quando este apresenta dimensões que fogem ao escopo conceitual de tais quadros e modelos.

Conforme métodos e teorias se refinam, dimensões e escalas reprodução social em jogo na reprodução das divisões socioespaciais nas cidades ganham relevo e desafiam o entendimento da segregação historicamente centrado em sua manifestação residencial (MUSTERD, 2020a; FREHSE, 2016a, 2016b). Em geral, investigações sobre essa questão específica partem de uma concepção da divisão do espaço urbano em um mosaico de áreas socialmente caracterizadas distintas entre si. Frequentemente são leituras socioespaciais realizadas com base em uma lógica territorial zonal associada a posições ontológicas substancialistas de espaço e do social. Outras lógicas, no entanto, podem colocar mais eficientemente em relevo novas leituras e questões, tal como uma lógica relacional, concebendo fenômenos à luz de relações objetivas que produzem interagentes, superando o essencialismo substancialista, que concebe fenômenos à luz de inter-agentes e inter-ações (EMIRBAYER, 1997). Argumentamos que uma compreensão relacional do social (BOURDIEU, 1998) e do espacial (HAESBAERT, 2019) oferece possibilidade para uma leitura multidimensional e multiescalar coerente da segregação, apresentando melhor aderência à complexidade de novas questões sobre o fenômeno. Propomos, portanto, um enquadramento fundamentado na teoria social relacional de Bourdieu, conciliando sua tese dialética de tradução da estrutura social em estruturas estruturantes – gênese da reprodução social associada à agência prática, ao espaço simbólico, espaço físico e o que chamaremos de espaço de sociação – com a noção de território de Haesbaert (2019) como processo integrador destes processos inter-relacionados de estruturação, permitindo uma leitura multidimensional e multiescalar dos processos de divisão social e espacial nas cidades tendo como princípio analítico as disputas estruturadas em torno de recursos e as relações de força que tais recursos estruturam.

Nas páginas que se seguem, abordaremos os limites da segregação compreendida sobre um modelo de divisão do espaço urbano como mosaico de áreas sociais, levantando algumas questões que a desafiam e estimulam nosso esforço teórico. Em seguida expomos a tese da reificação do espaço social/apropriação do espaço físico de Bourdieu². Discutimos como as redes sociais desafiam entendimentos sobre a segregação e mostramos que o conceito pode ser integrado à sociologia de Bourdieu. Expomos a concepção de território de Haesbaert e como ela é um conceito

² Por concisão, não adentraremos a relação entre espaço social e espaço simbólico, confiando-nos na centralidade que tal aspecto da teoria bourdieusiana recebe do próprio autor e da literatura. Excelente síntese se encontra em Catani e Pereira (2002).

coerente em nosso quadro para endereçar questões que tensionam o modelo de mosaico de áreas sociais a partir de uma leitura relacional da fragmentação socioespacial complexa do espaço urbano.

Áreas sociais e desafios na compreensão de dimensões e escalas da segregação

A concentração de estudos em torno da dimensão residencial da segregação é natural, dada à centralidade da questão na própria origem do conceito no âmbito da primeira Escola de Sociologia de Chicago. Desde então, a influência da noção de áreas sociais³ foi pervasiva e duradoura, pois endereça uma característica evidente das cidades que se constituem com a urbanização capitalista moderna: sua fragmentação socioespacial em áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdos, caracterizados por significativa homogeneidade social interna e heterogeneidade externa.

O desdobramento desse modelo de fragmentação do espaço urbano, um mosaico de áreas de conteúdos sociais delimitáveis e caracterizáveis a partir de propriedades ou atributos socioeconômicos, atravessa os estudos urbanos e possui comprovada eficiência. Não apenas porque cidades divididas em bolsões de pobreza e ilhas de privilégio saltam aos olhos de qualquer observador das paisagens urbanas, mas também dadas as associações encontradas entre áreas sociais e processos de exclusão social na literatura. Há consenso nos estudos urbanos acerca da inter-relação entre segregação espacial, desigualdades e diferentes processos de exclusão e inclusão social que caracterizam e reproduzem a condição multidimensional de pobreza, dignidade ou afluência. É amplamente suportado que áreas sociais segregadas são tanto manifestação espacial quanto mecanismos causais da assimetria na qualidade ou

³ A noção de áreas sociais deriva da ideia de áreas naturais da tradição da ecologia humana, encontrada já na primeira metade do séc.XX no fundacional artigo por um programa de pesquisa de R. Park (1967). A abordagem ecológica, fruto do cientificismo da época tanto quanto das ideias de Simmel sobre a dualidade homem/meio, tomava a cidade como forma de comunidade ecológica, na qual a luta pela sobrevivência, reproduzida socialmente como luta por recursos entre indivíduos, e outras forças ecológicas (número e densidade demográfica, divisão do trabalho etc.) produziam grupos naturais que constituíam *habitats*, áreas socialmente homogêneas e culturalmente específicas, vizinhanças que tomavam as características dos seus habitantes tanto quanto os definiam. Tais áreas naturais surgiam no “ordenamento moral” e físico da cidade e eram mecanismos fundamentais de produção das diferenças sociais em seu interior. Ressalte-se que a noção de área natural dava grande importância à sua constituição como *milieu* sociocultural, influenciando o desenvolvimento da tradição americana dos estudos comunitários e de vizinhanças, analisando universos sociais e simbólicos de comunidades segregadas (NECKEL, 1997). A partir de 1950, a ecologia fatorial refina a ideia de área natural em área social, enfatizando sua caracterização lógico-estatística. Não nos filiamos aqui a nenhuma concepção específica do conceito de área social, tomamo-la *latu sensu*, como essência da definição canônica de segregação como a divisão do espaço urbano em áreas internamente homogêneas e externamente heterogêneas socialmente, um mosaico socioespacial, em suma. Excelente síntese sobre o conceito pode ser encontrada em Corrêa (2018).

existência de acesso a recursos de toda natureza necessários para a reprodução social e a estruturas de oportunidade, afetando significativamente condições e trajetórias de vida. O fundamento ontológico em concepções socioespaciais substancialistas, enfatizando a materialidade, a estase territorial, o monadismo da agência e certa hipóstase de categorias e identidades sociológicas também enfatizam métricas e operacionalizações de conceitos com as quais a ciência possui larga experiência. As possibilidades de mensurações e demarcações espaciais objetivas assim como de propriedades sociais de grupos que os habitam e, conseqüentemente, de associações de tais propriedades e frações do espaço urbano ainda são produtivamente refinadas na operacionalização de indicadores sociológicos de estratificação, indicadores geográficos baseados em métricas euclidianas e indicadores socioespaciais como medidas de dissimilaridade, concentração ou de exposição social⁴.

Devemos atentar, no entanto, para o alerta de Souza (2018, p. 130) de que “a escala pode turvar a nossa visão” e de que a segregação “não existe e não precisa existir da mesma forma e com a mesma intensidade”. A escala – espacial e, adicionamos social – de análise afeta a consistência de indicadores de segregação e caracterizações de áreas sociais, construtos sujeitos a limitações que suas confecções impõem. Afeta-se, por assim dizer, o nível de erro dos modelos teóricos (trate-se de análises quantitativas ou qualitativas) conforme deixamos a macroescala da cidade como totalidade, o social em grandes grupos sintetizados por perfis socioeconômicos ou comunidades de identidades categóricas, e objetivamos dimensões da reprodução social em escalas e contextos progressivamente mais localizados, socialmente mais específicos, dos bairros, das vizinhanças, dos lugares públicos, privados, dos espaços interiores, de círculos sociais e dos próprios indivíduos. No movimento de mudanças de escala de análise, outros fatores que turvam a visão emergem, e por isso mesmo despontam como temas de interesse na compreensão da segregação enquanto dimensões de seus efeitos e reprodução. Alguns destes temas, que estimulam a reflexão aqui desenvolvida, são: 1) *a dimensão temporal da vida social dos/nos*

⁴ Sobre as diversas possibilidades de mensuração da segregação - ver trabalhos Feitosa et al (2007), Massey e Denton (1988), Wong (2004, 2005). Exemplos desse refinamento são os estudos contemporâneos que têm se dedicado a análises de segregação em termos de raça e gênero no Brasil (MARQUES; FRANÇA, 2020), ou mesmo em termos de acessibilidade, classe, raça e gênero (BITTENCOURT; GIANOTTI; MARQUES, 2020), dimensões de divisão socioespacial e de reprodução de desigualdades antes invisibilizadas pelo foco na associação entre segregação espacial e exclusão social em termos de classe, definida por indicadores de recursos mais facilmente mensuráveis.

espaços, que desafia a ontologia do espaço absoluto e a fixidez das áreas sociais incorporando os fluxos como elementos constituintes do espaço e dos territórios (HAESBAERT, 2019), o movimento dos agentes e a mudança material e simbólica que ensejam, sublinhando os ciclos cotidianos de usos e sentidos, padrões temporais de apropriações, superposições e liminaridades na divisão em uma arquitetura complexa de territórios, lugares e não-lugares (ARANTES, 2000); 2) *a dimensão sociossimbólica, dos discursos, imaginários e signos*, em que se constituem e operam relações de poder, enfatizando a relação da dimensão simbólica da vida social com os usos do/no espaço, a importância da ideologia e cultura na hierarquização dos espaços urbanos (SOUZA, 2014; ZUKIN, 1995), assim como da semantização do espaço e das fronteiras simbólicas na determinação de contextos de uso e interação com/no espaço, inter-relacionando papéis sociais, lugares e padrões proxêmicos (HALL, 2005), sublinhando dinâmicas de segregação em contextos locais de coexistência e interação, como nos espaços públicos (SERPA, 2018a, 2018b; FREHSE, 2016a, 2016b; MADANIPOUR, 2020); 3) *a dimensão da estrutura interacional concreta de vínculos sociais*, que determina redes de sociabilidade e contextos de interação que influenciam condições de vida, desafiando e especificando associações entre área social e grupo social ao evidenciar que redes sociais e espaço incidem sobre o acesso a recursos como mecanismos inter-relacionados, mas distintos, sublinhando tanto as relações sociais como conexões espaciais quanto os limites do espaço como elemento de comunhão social (MARQUES, 2010; ATKINSON e HO, 2020; WELLMAN, 2001); 4) *a dimensão individual de segregação socioespacial*, que diz respeito a níveis de exposição individual a diferenças sociais em espaços referentes a outros domínios da vida cotidiana, para além do habitacional, tais como educação, trabalho, lazer, espaços públicos e de mobilidade, revelando correlações entre a segregação nesses domínios e o progressivo aumento de circuitos e ambientes homofílicos nas cidades (ATKINSON 2006; BOTERMAN e MUSTERD, 2016; LI e WANG, 2017).

A compreensão de dimensões e escalas complexas da relação entre segregações e desigualdades demanda esforços redobrados. Primeiro, porque há correlação entre globalização capitalista, adoção de agendas neoliberais de desmonte e comodificação de estruturas de bem-estar social, modelos empresarialistas de governança urbana e o agravamento da segregação socioespacial nas cidades. A história político-econômica do capitalismo e o aparato institucional, financeiro e

ideológico internacional de apoio a tal agenda apontam para o aumento de sua influência sobre o contexto urbano global (MUSTERD, 2020b). Segundo, porque a segregação se manifesta de formas progressivamente mais intensas. Estudos mostram tendências à hiperssegregação das elites (MENDONÇA; ANDRADE; DINIZ, 2019), enclausuramento (CALDEIRA, 2000; SPOSITO e GÓES, 2013) ou ao que Boterman e Musterd (2016) definem como *ecasulamento da vida*⁵. Uma vez que a segregação, como mostra Villaça (2001), é em grande medida efeito de estratégias das elites urbanas, dotadas de maior poder de escolha locacional e, conseqüentemente, sobre toda a estrutura intraurbana, a sua intensificação em contextos de aumento de desigualdade e da colonização capitalista das dimensões da vida social, mercantilizando suas mediações, só tende a se agravar em seus múltiplos aspectos. A intensificação da relação entre segregação, desigualdade e exclusão tem como corolário a fragmentação sociopolítica das cidades e da *fobópole* como contexto socioespacial mixofóbico e militarizado cotidiano, em que elites e ilhas de prosperidade se conectam globalmente aos benefícios do capitalismo enquanto vastas massas e periferias precarizadas são excluídas e governadas punitivamente como espaços residuais (SOUZA, 2008; BAUMAN, 2009; GRAHAM, 2016; SASSEN, 1998; CASTELLS, 1999; WACQUANT, 2009), estimulando um processo retroalimentado de cisão social que nos direciona para um impasse civilizacional.

Não supomos que abordagens substancialistas sejam incapazes de produzir conhecimento em resposta a tal demanda, pois o fazem. Não determinamos exclusões com base em falseamentos, mas modelos com maior ou menor aderência relativa a leituras e questões baseadas em dimensões específicas dos fenômenos. Superar paradigmas substancialistas do social e do espacial em relação à segregação urbana refere-se, portanto, à produtividade analítica em relação a problemas específicos no âmbito desse fenômeno. É importante não confundir o propósito da discussão teórica que realizamos com a sua própria natureza. Nosso objetivo é uma articulação conceitual com intenção de contribuir com possibilidades de leituras que iluminam dimensões menos compreendidas do fenômeno da segregação e da fragmentação socioespacial urbana, e não da própria sociologia. Este seria um esforço de outra

⁵ Com o termo (no original *cocooning life*) os autores se referem à progressiva associação entre níveis individuais de segregação residencial e de segregação nos espaços de diversos domínios de reprodução da vida (trabalho, educação, lazer, mobilidade etc.) colaborando para o que Atkinson (2006) chama de *desfiliação* das elites de outras classes em seus contextos socioespaciais.

natureza, melhor abordado por outros autores.

A reificação do espaço social: o lugar do espaço na teoria social de Bourdieu

Embora recorra extensivamente a metáforas espaciais, Bourdieu não atribuiu status conceitual central ao espaço geográfico em sua sociologia. Isso não significa dizer, entretanto, que o autor ignorou a espacialidade da vida social. Trabalhos recentes enfatizam que pode ser sistematizada uma teoria socioespacial ou mesmo uma sociologia urbana bourdieusiana⁶ dispersa ao longo de sua obra.

A teoria socioespacial de Bourdieu se baseia, em grande medida, na transposição da sua seminal análise da casa cabila (BOURDIEU, 1999) – que o próprio autor (*id.*, 2013, p. 2) defende como um “paradigma de todas as divisões em lugares separados” – para a relação espaço-sociedade de modo geral. Peters (2022), analisando o lugar do espaço na sociologia bourdieusiana, indica que as investigações etnológicas da sociedade cabila – e, pouco depois, da urbanização da sua região rural natal do Bèarn, no sul da França – proporcionaram os primeiros exemplos de cumplicidade ontológica entre estruturas sociais de divisão objetivamente alicerçadas na distribuição desigual de recursos de poder e estruturas subjetivas de percepção do mundo que operam como esquemas cognitivos e valorativos naturalizadores e reprodutores simbólicos e práticos de tal estrutura social. Ou seja, já nas pedras angulares de sua teoria social, Bourdieu considerava como a relação fundamental

⁶ A centralidade implícita ou caráter de apêndice do espaço geográfico na obra de Bourdieu é discutível. Uma crítica poderia argumentar que sua teoria privilegia a dimensão histórica e simbólica da vida social em detrimento da simultaneidade espacial dada análises amplamente, mas não somente, realizadas no âmbito da sociologia da cultura. Mas isto seria confundir, no entanto, obra e instrumento. No entanto, o fato de que compêndios como o recente dicionário conceitual *Vocabulário Bourdieu* (2017) ou, por outro lado, o dicionário de geografia humana organizado por Hubbard e Kitchin (2011), por exemplo, não revelam suas ideias espaciais nos termos aqui apresentados é um indício da necessidade de destilação de sua obra em busca do espaço como objeto teórico. Entre trabalhos importantes que cumprem tal objetivo, a coletânea de artigos apresentados por nomes de peso da sociologia urbana contemporânea no evento *Bourdieu Comes to Town*, realizado em 2018 e publicado pelo *International Journal of Urban and Regional Research*, é um exemplo de esforço recente em organizar uma sociologia urbana de matiz bourdieusiana, com destaque para o texto de Wacquant (2018). A recente exegese realizada por Peters (2022), organizando marcos da análise espacial de Bourdieu, é, talvez, o mais compreensivo ponto de partida para adentrar essa discussão. Além disso, trabalhos como os de Savage (2011) e de Hanquinet, Savage e Callier (2013) contribuem sugerindo operacionalizações esclarecedoras da sua teoria, assim como o fazem discussões como as de Rérat e Lees (2011), sobre a ideia de capital espacial ou as seminais teorias culturalistas de Ley (2003) sobre gentrificação. Entre trabalhos de Bourdieu que coligimos como principais reflexões espaciais, apontamos Bourdieu (2013, 2008, 2000, 1999), além do posfácio à obra de Erwin Panofsky sobre arquitetura gótica e filosofia escolástica (BOURDIEU, 1967) e análises das formas de decoração interior, estilos de vida e classes sociais realizadas em *A Distinção* (BOURDIEU, 2017).

existencial, corporal, afetiva, experiencial dos agentes com os fenômenos espaciais é mediada em última análise por distâncias e posições no espaço social, assim como considerava, conforme a teoria disposicionalista do *habitus*, que a cumplicidade ontológica “depende de uma congruência não apenas entre o agente como subjetividade socializada [...] e as condições sociais objetivas em que ele está imerso, mas também entre estas últimas e o cenário físico onde elas vigoram” (*ibid.*, p. 1015).

A sua concepção *sui generis* da dialética espaço/sociedade, no entanto, é sistematizada de modo mais detalhado na teoria da reificação do espaço social ou apropriação do espaço físico, processo que recebe dupla nomeação enfatizando seu caráter estruturado e prático estruturante (BOURDIEU, 2013). Partindo de sua concepção relacional de estrutura social como sistema de posições definidas em função de outras, estruturadas em função do acúmulo diferencial de recursos de poder, representada pelo seu conceito de espaço social, Bourdieu esclarece que não apenas agentes sociais, mas também as coisas socializadas, apropriadas, ocupam posições nesta estrutura.

Como o espaço físico é definido pela exterioridade recíproca das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem; isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais. *Os agentes sociais, e também as coisas - do modo como elas são apropriadas pelos agentes, e, portanto, constituídas como propriedades -, situam-se em um lugar do espaço social que pode ser caracterizado por sua posição relativa quanto aos outros lugares (acima, abaixo, entre etc.); e pela distância que o separa deles.* (BOURDIEU, 2013, p. 133, grifos nossos).

Estendendo a sua concepção de que o espaço social dá sentido e ordem ao espaço simbólico de classificações e oposições (BOURDIEU, 1998, 2017; CATANI e PEREIRA, 2002) ao espaço físico, como conjunto de coisas apropriadas, socializadas, posicionadas no espaço social, afirma que a estrutura social se manifesta, se traduz, no espaço físico:

Com efeito, o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades. Consequentemente, todas as distinções propostas em relação ao espaço físico residem no *espaço social reificado* (ou, o que dá no mesmo, no *espaço físico apropriado*), que é definido - para falar como Leibniz - pela *correspondência entre uma determinada ordem de coexistência dos agentes e uma determinada ordem de coexistência das propriedades.* (BOURDIEU, 2013, p. 133, grifos do autor).

Havendo uma correspondência entre estrutura social e espacial, as posições e oposições determinadas pelo volume e composição do acúmulo de capitais que estruturam o espaço social estruturam também o espaço físico. Este, enquanto espaço social reificado, tornado cenário concreto e prático da vida social, torna-se objeto de disputa por influenciar e materializar possibilidades de acesso a capitais, aos “lucros do espaço”. Assim, como Peters (2022, p. 1016) comenta, Bourdieu concebe “uma perspectiva não substancialista sobre o próprio *social tornado substância* ou matéria, mostrando o peso causal de estruturas de relações invisíveis [...] sobre fenômenos visíveis no espaço físico”, sendo a disputa por recursos posicionais na estrutura abstrata, mas objetiva, de relações entre agentes e coisas socializados e as dinâmicas de reprodução tal estrutura são os processos sociais onde a gênese da ordenação do espaço como fenômeno empírico deve ser encontrada, evidenciando a primeira chave de leitura para a compreensão das divisões e hierarquias no espaço urbano conforme a sociologia relacional bourdieusiana: deve-se compreender o espaço como estrutura estruturada.

A segunda chave de leitura reside na contraparte de sua lógica relacional de análise dialética: deve-se compreender o espaço como estrutura estruturante. Como continua Peters (2022, p. 1016, grifos do autor), Bourdieu aponta “que a literal *materialização* de desigualdades distributivas no espaço físico *dá sua própria contribuição causal* à reprodução de tais desigualdades como propriedades estruturais do espaço social”. Ou seja, o espaço físico apropriado como ordenação empírica é mecanismo (re) produtor do próprio sistema abstrato de relações estruturadas entre agentes, e onde a gênese explicativa das assimetrias de recursos de poder estruturantes de tal sistema deve ser parcialmente encontrada.

O mecanismo estruturalmente reprodutivo do espaço físico apropriado se dá, de um modo, pelo efeito de inércia de sua própria apropriação, produzindo formas e distâncias concretas que impõem custos significativos para sua própria transformação que poderia, por seu intermédio, transformar o espaço social. De outro modo, a apropriação do espaço físico se desenvolve sob os mecanismos do poder simbólico, ou seja, sem explicitar a arbitrariedade subjacente às definições, à escassez e ao controle de acesso que sustentam as posições diferenciais no espaço social, indicando como espaço e cultura se inter-relaciona. Elas não realizam uma tradução paralela do espaço social, mas simultânea mantendo iterações reprodutivas entre si. O espaço

social reificado também é uma metáfora do espaço social que cumpre o efeito de obscurecimento e naturalização da estrutura social assimétrica, mas através da sua inscrição objetiva e durável do mundo social no mundo físico. Assim, o espaço físico apropriado/espaço social reificado, impondo materialmente e corporalmente aos sujeitos a experiência das posições e distâncias sociais de forma concreta e durável, se torna mais “uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem em sistemas de preferências e em estruturas mentais” (BOURDIEU, 2013, p. 134), ou seja, em *habitus*.

A relação estruturada estruturante entre espaço e *habitus* se apresenta de modo mais detalhado com a noção de *habitat* e a distinção que Bourdieu (2013) faz entre habitar e ocupar. Um *habitat* se constitui em uma porção específica do espaço social reificado, “um lugar físico particular socialmente qualificado [que] oferece oportunidades médias de apropriação dos diversos bens e serviços materiais ou culturais disponíveis em um dado momento” (*ibid.*, p. 139). *Habitar* um *habitat* consiste em possuir os meios materiais e culturais e as disposições incorporadas (certo acúmulo de capitais e *habitus*) adequadas para ser capaz de acessar as oportunidades de apropriação de recursos que ele oferece. *Ocupar*, por sua vez, significa ocupar o espaço físico, mas não propriamente o espaço social reificado do qual o *habitat* é produto e uma espécie de fragmento. O espaço social reificado, portanto, se configura em mediação formativa das estruturas mentais dos seus habitantes, mas também como produto destas porque “se o *habitat* contribui para fazer o *habitus*, o *habitus* também contribui para fazer o *habitat*, através dos usos sociais, mais ou menos adequados, que ele inclina os agentes a fazer desse mesmo *habitat*.” (*ibid.*, p. 139). Bourdieu concebe assim uma relação entre estrutura social e estrutura subjetiva dos indivíduos em que o meio físico espacial atua como mediação que ao mesmo tempo em que participa da construção do *sense of one's self* dos indivíduos que o habitam, em retorno se torna uma expressão objetiva da estrutura social a partir das práticas socioespaciais orientadas pelo princípio estruturado e estruturante do *habitus* desses mesmos indivíduos, apontando a reificação do espaço social como produto prático e simbólico coletivo de apropriação dos agentes socialmente posicionados.

A possibilidade de modulação espacializada da teoria do campo/*habitus* sob a forma campo/*habitat*/*habitus* oferece um quadro bourdieusiano para a leitura relacional da segregação e fragmentação urbanas. As divisões se relacionam com o

processo agonístico de disputa por recursos posicionais desdobrado em diferentes escalas e dimensões da existência social e da agência, que envolve práticas materiais e simbólicas de apropriação espacial, e cujo resultado define as e depende de ordenações complexas do/no espaço urbano, que não se restringem a áreas sociais, ao reproduzir a topologia do espaço social em *habitats*, sejam quais forem a suas configurações, e suas formas de acesso. Embora fértil para nosso propósito, a amplitude dessa tese nos deixa lacunas na operacionalização da relação campo/*habitat*/*habitus*. É preciso especificá-la, o que faremos recorrendo ao conceito de territórios e territorialização em Haesbaert (2019). Mas, antes abordaremos uma discussão sobre redes sociais, uma vez que são fenômenos relevantes de reprodução da desigualdade, exclusão e segregação nas cidades, para conceber outra dimensão associada de tradução do espaço social na divisão socioespacial da cidade, construindo nosso quadro teórico de forma a não ignorar um importante tensionamento do modelo do espaço urbano como mosaico de áreas sociais.

Espaço de sociação: redes e espaço social na divisão socioespacial urbana

Análises sobre formas e configurações de sociabilidade conforme as quais grupos se organizam e agentes se encontram envolvidos há muito tensionam o modelo de áreas sociais, colocando em cheque a coextensão entre distâncias físicas e sociais⁷. Wellman (2001) argumenta que, ao longo da modernidade, discursos apocalípticos sobre o “fim da comunidade” falharam em escapar da ortodoxia conceitual e em conceber a diminuição da importância da localização como fator determinante de produção de vínculos comunitários. Ele observa que comunidades passaram a se

⁷ Trabalhos tão antigos quanto os de Tönnies (1961[1887]), que concebia no final do século XIX a transição da *Gemeinschaft* para a *Gesellschaft* como organização social, já apontavam certa perda do nexos espaço-comunidade. Simmel (2009; 2013), na virada para o século XX, percebeu na sociabilidade nas cidades modernas a prevalência de laços fracos e efêmeros, menos moral e identitariamente constrangidos pela proximidade territorial e cultural tradicional comunitária e mais orientados por interesses individuais e autoexpressivos. As conseqüentes identidades esquizoides e multiplicação de círculos sociais que se sobrepõem e se atravessam nas metrópoles também eram observações que desafiam o nexos espaço-comunidade. Robert Park (1967, p.26), na primeira metade do século XX, observava em chave similar que a segregação capilarizada gerada por “tipos vocacionais” nas cidades era tão intensa que indivíduos completamente distintos socialmente “encostam cotovelos na rua e ainda assim vivem em mundos totalmente diferentes”, e enfatizava crise entre culturas locais e a “influência desagregadora da cidade” no problema de assimilação social. O urbanista Melvin Webber (1963), na década de 1960, enfatizou que tecnologias de mobilidade e comunicação expandiam a escala da sociedade e espaço urbano, induzindo relações progressivamente independentes da cidade, e cunhou a ideia de comunidade sem propinquidade. Nos anos 1990, Craig Calhoun (1998) continuou a enfatizar a relevância do fenômeno de comunidades sem propinquidade e as transformações na esfera pública urbana.

configurar em redes ao invés de grupos territorialmente definidos, de modo que relações se constituem menos em vizinhanças e espaços públicos facilmente observáveis, e se privatizam orientadas por uma lógica de individualismo conectado. Por outro lado, o mesmo autor pondera que localizações ainda importam, apesar das mudanças radicais modernas, apontando que a proximidade física de vizinhanças ainda influencia interações e relações, embora pesando sobre a menor parte das redes individuais nas cidades, e importa sobremaneira em situações de pobreza, que levam indivíduos a investir mais significativamente em redes de relações locais. A relação entre espaço e redes sociais, portanto, não é tão simples.

Marques (2010) argumenta que redes e espaço se constituem como instâncias de reprodução de exclusão social que, embora intrínsecas na realidade, devem ser analisadas separadamente. O autor distingue entre *segregação* como mecanismo de isolamento relacionado à concentração espacial de determinados grupos sociais em espaços relativamente homogêneos e externamente heterogêneos, e *localismo* como mecanismo de isolamento em termos de vínculos sociais, relacionado à proporção de nós de uma dada rede pessoal que habitam o mesmo local do ego. Os dois processos socioespaciais, embora não se determinem, criam assimetrias no acesso a recursos que podem se retroalimentar. Briggs (2001), por exemplo, demonstra a forte associação entre segregação e localismo na reprodução da exclusão social e observa que conexões com contextos socioespaciais heterogêneos são determinantes para o acesso a melhores oportunidades de vida.

Se por um lado redes e espaço se associam no processo de exclusão socioespacial, por outro, redes sociais desafiam a ideia de áreas sociais. Wellman (2001, p. 13) afirma que ao se enfatizar propinquidade em detrimento de redes de solidariedade como base comunitária, confunde-se conceitualmente vizinhança e comunidade, resultando em uma sobrevalorização do mosaico de áreas sociais por analistas que enxergam “vizinhanças como microcosmos da cidade e a cidade como um agregado de vizinhanças”. Marques (2010), por exemplo, observa padrões de redes socioespacialmente muito distintos entre indivíduos que habitam áreas segregadas de pobreza, de configurações heterogêneas eficientes a configurações homogêneas isoladas deletérias. Soma-se a isso que fatores como ciclo de vida, trajetórias individuais, natureza e intensidade de relações e categorias sociológicas (classe, gênero, etnia, demográficos etc.) afetam os padrões de redes sociais, inclusive em

suas configurações espaciais (MARQUES, 2010; WELLMAN, 2001).

O fato de que padrões de redes se diferenciam por categorias sociais levanta uma contradição que devemos endereçar. Se por um lado a epistemologia relacional subjacente à análise de redes sociais remonta à sociologia formal simmeliana e sua noção de dualidade indivíduo-forma social, ou seja, que estruturas de sociação se constituem de sujeitos tanto quanto sujeitos se constituem de estruturas de sociação, de modo que derivamos da nossa posição única em redes nossas propriedades sociais e identidades (GIUFFRÉ, 2013); por outro, o fenômeno extensamente observado da homofilia mostra que entidades com atributos categóricos comuns apresentam maior probabilidade de vinculação social (MCPHERSON et. al, 2001), produzindo padrões de rede explicados por identidades ou propriedades sociais *a priori*, uma leitura essencialmente substancialista. Tal paradoxo da homofilia cria um dilema de origem que demandaria, como sugere Marques (2010), a associação de abordagens relacionais e substancialistas.

Propomos, no entanto, mantendo a teoria bourdieusiana como norte teórico, que a concepção de espaço social não se contrapõe à epistemologia da análise de redes. O uso da noção de redes por Bourdieu, mesmo que de modo metafórico, associada a seu conceito de capital social⁸ nos permite superar o paradoxo da homofilia.

Klüger (2017) nos demonstra a compatibilidade das duas abordagens, apesar das críticas mútuas de violações da complexidade da agência diferentes⁹. Buscando peças teóricas mal iluminadas ao longo da obra de Bourdieu para essa conciliação,

⁸ Tal uso metafórico, em oposição ao uso metodológico, conforme Marques (2010), da noção de redes por Bourdieu (1980, p. 2, grifos do autor, tradução nossa) é exemplificado em uma de suas definições de capital social como “o agregado de recursos reais ou potenciais que se ligam à posse de uma *rede durável* de relações mais ou menos institucionalizadas de relações de interconhecimento e inter-reconhecimento; ou em outros termos ao *pertencimento a um grupo*, como união de agente que não são apenas dotados de propriedades comuns (susceptíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas são também unidos por *vínculos* permanentes e úteis.”

⁹ Em síntese, Bourdieu critica a premissa interacionista sob o uso de redes para representação de padrões de vinculações de modo a esvaziar as motivações, sentidos e historicidade da estrutura que tentam figurar. O modelo do espaço social seria a representação ideal por expressar as polarizações sociais que não dependem de interações empíricas e fortuitas, mas as superam e as determinam, pois elas, tanto quanto a agência se conforma segundo a distribuição desigual geral de recursos e das relações de força que estruturam (KLÜGER, 2017). Os interacionistas acusam a sociologia bourdieusiana de conceber, a partir do modelo campo/*habitus*, indivíduos como neoidiotas culturais que se comportam conforme posições sociais sujeitas a forças de uma estrutura invisível. Argumentam que é necessário endereçar o supraindividual, mas enfatizando os contextos interacionais reais, levando em consideração comportamentos observáveis de agentes concretamente situados que desenvolvem suas ações em repostas às ações concretas daqueles com quem interagem e aos quais ajustam seus comportamentos, ou seja, os seus ambientes empíricos de relações e interações (KLÜGER, 2017).

Klüger afirma com Bottero e Crossley (2011) que ele atribui, sim, importância a laços, redes e encontros, embora falhe em concebê-los como elementos estruturadores de campos. Os estudos empíricos sobre o campo artístico, por exemplo, consideram a centralidade dos cafés e ateliês como pontos de encontro que funcionam como espaços de interações concretas e influência mútua na formação de convenções do campo, evidenciando que suas análises não ignoram as trocas concretas entre agentes no processo de formação convergente de estilos de vida e *habitus*.

A autora defende a associação das abordagens argumentando, por um lado, a importância de estudar vínculos empíricos em uma moldura estrutural objetiva, ou seja, posicionados no espaço social, concebendo redes sociais imersas em meio a propriedades sociais e não apenas como estruturas interacionais em si entre agentes indiferenciados, socialmente descontextualizados e descaracterizados; e, por outro, a importância de estudar as composições de padrões concretos de vinculação e interação entre interagentes dotados de *habitus*, permitindo a consideração de como estruturas de interação também se configuram como fatores subjacentes às práticas e disposições dos sujeitos observando a quem os indivíduos as ajustam e regulam. Em exercício empírico, ela demonstra o potencial dessa associação para iluminar através da efetivação de padrões de vínculos sociais a efetividade da estrutura relacional, tornando o espaço social menos abstrato através da premissa interacional de ênfase empírica nos contextos de interação e de agentes nele situados. Assim, tornam-se operacionalizáveis em um quadro comum investigações sobre como a proximidade estrutural no espaço social pode se traduzir em padrões de configurações de redes sociais e vice-versa, endereçando o paradoxo da homofilia pela tese da orquestração do *habitus* no estabelecimento de vínculos e de estruturas de vínculos, contextos e formas de sociação como mecanismos de aproximação e produção de indivíduos estruturalmente próximos.

A conclusão de Klüger (2017) vai ao encontro do que defende Marques (2010, p. 45): a abordagem de redes transforma a forma como representamos a estrutura social, concebendo um estruturalismo empírico *a posteriori*, permitindo superpor a uma estratificação por propriedades sociais “uma segunda estrutura construída e reconstruída pelas redes sociais” que incorpore os contextos de sociabilidade dos indivíduos – que Bourdieu entende como microcosmos sociais que se situam e compõem o macrocosmo do espaço social, i.e., campos – concebendo que “as duas estruturas se

conectam e se influenciam mutuamente de forma contínua”. Fica latente, então, a produtividade de conceber as estruturas reticulares de vínculos à semelhança do espaço físico apropriado e do espaço simbólico: como estrutura estruturada e estruturante em relação ao espaço social, um *espaço de socição* como dimensão analítica da tradução da topologia do espaço social centrada na concretude dos vínculos entre agentes e dos resultantes padrões de socição e contextos de interação produzidos via mediação do *habitus*, entendidos como canais de circulação de informação e matéria-prima parcial do capital social, sendo objeto de disputa por se constituírem em si mesmos como recursos de poder e, portanto, socialmente posicionais e estruturantes.

Há ainda uma questão a ser esclarecida, entretanto, para que cheguemos à coerência. Espaço e redes, como vimos, são ambos os mecanismos de integração e caracterização social, irredutíveis entre si, mas inegavelmente associados. Se a longa tradição de estudos centrados em áreas sociais enfatiza o papel do espaço como elemento de caracterização e vinculação social; os estudos de redes, por sua vez, desafiam as áreas sociais sublinhando a sociabilidade e a minimização da propinquidade, mas não enfatizam devidamente o fato de que redes sociais são elementos de vinculação espacial, embora inevitavelmente o sejam. Essa dualidade espaço-sociabilidade aponta a inter-relação estruturante entre espaço físico apropriado e espaço de socição, indo além da gênese comum no espaço social e evidenciando-os como estruturas associadas no processo de reprodução social e, portanto, no processo de divisão socioespacial complexa do espaço urbano. O conceito de território nos auxiliará a conciliar o espaço social aos seus espaços estruturados estruturantes inter-relacionados sem minimizações de forma coerente.

Territórios-rede e territorializações intraurbanas: operadores da tradução socioespacial prática do espaço social

Se Wellman (2001) argumentou contra discursos que profetizaram “o fim da comunidade”, Haesbaert (2019), encarando ansiedades pós-modernas em relação à hiperconexão global, argumenta contra o “fim dos territórios” propondo uma reconstrução ontológica e epistemológica do conceito mais aderente à complexidade das divisões socioespaciais observadas contemporaneamente e às questões tensionadoras sobre escalas e dimensões da segregação que mobilizam este esforço

teórico.

Propondo uma concepção multidimensional integradora, relacional, processual e objetiva¹⁰, Haesbaert (2019, p. 93) entende território como uma “mediação espacial do poder que resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder”. Ou seja, territórios não são apenas áreas de jurisdição de poder ou relações intersubjetivas identitárias, são agenciamentos ao longo de um *continuum* que vai do polo biofísico, concreto, material, funcional, da *dominação* político-econômica ao polo semiológico, (inter) subjetivo, simbólico, discursivo, da *apropriação* cultural do espaço, polos que são dimensões da existência social não dicotômicas, sempre articulados. Esse agenciamento é um processo de territorialização, de criação de “mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e de ‘apropriação’ ao mesmo tempo” (*ibid*, p. 97).

Não existindo agentes sociais desespacializados ou desafetados de relações sociais, não existem agentes sem território, pois relações de poder se constituem nas próprias relações sociais e, assim, sempre se manifestam como alguma relação de dominação e apropriação espacial, continuamente desterritorializando e reterritorializando agentes e espaços. Essa “necessidade territorial” se desdobra em uma “multiescalaridade e multidimensionalidade dos processos de des-territorialização”, escalas e dimensões associadas “aos sujeitos que os promovem, seja um indivíduo, um grupo ou classe social, ou ainda uma instituição”, produzindo a complexa organização territorial da sociedade como “a conjunção desses múltiplos sujeitos, sendo imprescindível considerar a especificidade das ações de cada um deles” (*ibid.*, p. 340-341). Os processos de territorialização, portanto, dizem respeito à agência, à sua escala (social e espacial) e às dimensões em que se realizam associadas às suas “experiências integradas de espaço”, ou seja, “integrando, *de alguma forma, num mesmo conjunto*, sua experiência cultural, econômica e política

¹⁰ Sua intenção é integrar a miríade de perspectivas parciais que privilegiam aspectos naturalistas, políticos, econômicos e culturais, sejam elas ontologicamente materialistas (território como substrato espacial) ou idealistas (território como representação intersubjetiva); superar a posição ontológica do espaço absoluto, estática, incorporando o caráter relacional da dimensão temporal do espaço, defendendo que territórios não são entidades substancialistas, objetos, mas entidades social-históricas, relações; enfatizar que territórios são agenciamentos com prevalência de movimentos centrípetos, frutos de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização contínuos, operacionalizando geograficamente a filosofia de Deleuze e Guattari; e afirmar que territórios não são apenas artifícios conceituais de leitura da realidade, mas relações socioespaciais objetivas reais.

em relação ao espaço” (*ibid.*, p. 341, grifos nossos). Este é um ponto crucial para nosso quadro teórico: o processo prático de reificação do espaço social ocorre como um processo de agenciamento multiescalar e multidimensional em que agentes atuam orquestrados pelo mecanismo estruturado estruturante do *habitus* como princípio integrador das dimensões da vida social em um conjunto espacialmente mediado, o território.

Como agenciamentos em que há prevalência de forças centrípetas territorializantes sobre centrífugas desterritorializantes, territórios também envolvem o agenciamento do tempo, do movimento, dos fluxos, dos ritmos e da repetição de conexões. Haesbaert (2019) argumenta que territórios sempre se constituíram através da mobilidade e de lógicas reticulares, no entanto, uma falsa dicotomia rede/território se desenhou como fruto da intensidade com que a lógica territorial reticular se manifesta contemporaneamente, produzindo territorializações e desterritorializações via fluxos e interações inéditas diante das concepções e experiências de espaço tradicionalmente ancoradas na lógica territorial zonal, que mascaravam a temporalidade e os ritmos, o movimento e as redes que estruturam tais fluxos como elementos territoriais conjugados à superfície espacial, antes elemento prevalente de prática e compreensão socioespacial.

Se por um lado o autor argumenta contra a ortodoxia da lógica territorial zonal que ignora a sua dimensão reticular e sua natureza temporal, por outro, faz coro às críticas, como as de Bernard Poche, contra a dessubstancialização do conceito de rede e sua concepção como um não-lugar e um não-tempo. Haesbaert (2019, p. 291-292) esclarece a relação entre redes e espaço explicando que “a rede é um dos modos de organização presente em todo território que, enquanto espaço social, pode ou não estar centralizado neste modo de estruturação”; por outro lado, “quanto à ‘territorialidade’ das redes ou, num sentido coerente com o raciocínio mais simplista aqui citado, sua materialidade, elas também devem ser vistas, sempre, ‘mais ou menos territorializadas’”. Apesar de distinções analíticas entre redes materiais e imateriais, “a verdade é que nunca iremos encontrar, a não ser num nível metafórico, redes completamente ‘desterritorializadas’ no sentido de sua total imaterialidade”. Portanto, o autor nos esclarece que redes sociais, como qualquer tipo de rede, possui materialidade e, portanto, espacialidade em seus pontos e vínculos. Reforçando nossa defesa de dualidade entre espaço de socialização e espaço físico apropriado, conexões

sociais são conexões espaciais e vice-versa, mas mais que articular espaços e agentes, conexões sociais integram grupos e espaços territorialmente.

Redes, portanto, não se desvinculam do espaço socialmente produzido, apenas o tensionam ontológica e epistemologicamente, daí a necessária distinção analítica. Lógicas territoriais zonais e reticulares não são mutuamente excludentes, são tipos ideais de articulação territorial que, na realidade, se manifestam associadas. Zonas se integram em rede via dutos de circulação, ensejando a noção de territórios-rede, descontínuos, superpostos, evidenciando, como observa Souza (2002), a forma como relações de poder – elas também articuladas em redes interacionais apoiadas na mobilidade e na mediação – produzem espacialidades complexas e nebulosas ordenadas segundo uma dialética de proteção/articulação, fechamento/abertura, em organizações territoriais em que o controle se dá tanto pela vigilância de fronteiras quanto através do movimento articulado de seus agentes, realçando a mobilidade como recurso de poder. Destaca-se aqui um segundo ponto importante para o nosso quadro teórico: as conexões sociais integram territorialmente espaços, sendo em si mesmos elementos territorializantes que pesam sobre a dominação e apropriação do espaço, portanto de reificação do espaço social, de modo que as estruturas de vínculos sociais diferenciais como recursos de poder o são também – para além do capital social e suas redes de (in)formação – por atuarem espacialmente articulando, pela mediação do *habitus*, circuitos de *habitats* em uma experiência urbana integrada territorialmente, mesmo que espacialmente descontínua.

A teoria haesbaertiana consegue conceber a fluidez social e temporal do/no espaço urbano e a objetividade da sua ordenação relacional em um amálgama de agenciamentos complexos (i.e., multiescalares e multidimensionais), justapostos, sobrepostos, descontínuos, intermitentes, alternados, liminares, de maior ou menor intensidade na paisagem, associando-os a múltiplas escalas sociais de agentes e dimensões de suas relações e recursos de poder espacialmente mediados. A pluralidade de formas territoriais permite contrapor à metáfora do mosaico de áreas sociais enquanto modelo da ordenação socioespacial uma do espaço urbano como acrílico derramado, imagem mais aderente à arquitetura complexa e capilarizada de limites e fraturas físicas e simbólicas das cidades, e à flexibilização que ela exige de conceitos como território, fronteira e identidade, lugar e não-lugar, como registra António Arantes (1994) em sua *flanêrie* sociológica. A desordem que tal imagem incita

é ordenada por um conceito que dá nome e mecânica comum aos processos de divisão socioespacial da cidade, nos permitindo descrever tanto a segregação *strictu sensu* em áreas internamente homogêneas e externamente heterogêneas que compõem a estrutura intraurbana, quanto às divisões socioespaciais mais sensíveis ao tempo e aos fluxos conforme menores escalas entram em jogo, reproduzindo a fragmentação de categorias sociológicas (que nunca se desvinculam de seus territórios como elementos formativos) de forma fractal. Embora processos de territorialização nomeiem esse ordenamento, permitindo melhor descrição de *como* se desdobram, é preciso operacionalizar tais descrições conforme uma gramática teórica que explique *por que* tais processos ocorrem como ocorrem. Concluiremos nosso quadro teórico abordando como a teoria social de Bourdieu cumpre tal função.

Considerações finais

A teoria social de Bourdieu se fundamenta na leitura de que a existência social se manifesta segundo uma lógica dialética de tradução/escritura prática do sistema de relações sociais estruturado em posições e oposições conforme se desenham assimetrias de recursos de poder. Embora Bourdieu esmiúce detalhadamente sua tese na relação fundamental entre a estrutura social e a estrutura simbólica da cultura, mostramos amparados pelo autor e outros sociólogos, que este processo é pervasivo à totalidade social e deve ser analiticamente enfatizado em outras estruturas (re)produtivas específicas inter-relacionadas, como o espaço geográfico ou o que concebemos como espaço de sociação. Argumentamos que operacionalizar tal quadro teórico de camadas estruturais fundadas no espaço social de forma integrada é possível através do conceito haesbartiano relacional de território.

Territórios, como vimos, podem ser entendidos como fenômenos relacionais objetivos praticamente constituídos como conjuntos integrados de experiência social de agentes em relação ao espaço pelo mecanismo estruturado e estruturante do *habitus*. Processos de territorialização são agenciamentos empíricos que cumprem a reificação do espaço social pela apropriação prática do espaço físico e que, independente das dimensões da existência social, escalas ou agentes envolvidos, são relações sociais de poder espacialmente mediadas que encontram sua gênese na topologia do espaço social.

A organização territorial da sociedade como reificação do espaço social,

portanto, se dá pela conjunção de processos de territorializações de múltiplos agentes, conforme agenciamentos complexos (i.e., multiescalares e multidimensionais), que integram as várias estruturas (re)produtivas em diferentes conjuntos integrados de experiência social no espaço. Tal processo produz diferentes *habitats*, realizando uma distribuição geral, desigual e complexa em contextos socioespaciais de possibilidades de apropriação de recursos e dos meios de acesso a tais contextos, concretizando-se em uma ordenação igualmente complexa de formas territoriais, de macroterritorializações de grupos que desenham a estrutura intraurbana de cidades até as capilares microterritorializações em ambientes internos, definindo lugares de honra, como uma cabeceira na mesa de jantar.

A compreensão da segregação espacial enquanto estratégia das elites de estruturação do espaço intraurbano, conforme Villaça (2001) a concebe, por exemplo, pode ser compreendida com maior resolução sociológica por esse quadro. Concebendo-a como um processo de territorialização que se dá, como efetivamente observou Villaça, a partir de uma lógica de otimização locacional da acessibilidade para ganho de tempo irreprodutível, mas, mais especificamente, pela distância-tempo como mediação espacial para garantia de acesso privilegiado e controlado a *habitats* e seus “lucros” como recursos – tão diversos quanto “a escola das crianças”, serviços ou a valorização simbólica de um *belle adresse* – que ganham sentido conforme oferecem vantagens – se se pode *habitá-los* – posicionais no espaço social, indo além de uma leitura economicista de agência e respondendo mais especificamente a enganosamente simples pergunta: acessibilidade a *quê* importa, afinal, para que os indivíduos façam seus cálculos de otimização de tempo?

As correlações de segregação individual ou nos espaços públicos e interiores, em escalas e dimensões em que fluxos, redes sociais e fronteiras simbólicas ganham proeminência e tensionam as áreas sociais, podem ser compreendidas como formas de territorialização espacialmente e temporalmente descontínuas em que o agenciamento de ritmos, movimentos, repetições, signos e vínculos operam de forma mais evidente um jogo contínuo entre os espaços de sociação, simbólico e físico apropriado reproduzindo em topografias complexas e fluidas a topologia do espaço social, produzindo a fragmentação socioespacial capilarizada da cidade. Assim, *milieus* descontínuos, formados tanto por redes de vínculos sociais quanto por redes de vínculos espaciais, são articulados territorialmente em conjuntos integrados de

experiência urbana contínua e homofílica. O acúmulo de capitais (recursos de poder e chaves para *habitação*) associado ao princípio prático do *habitus* ordena esse conjunto correlacionando fatores como a escolha locacional de residência, educação, trabalho e lazer, modos de habitar e de mobilidade, de formas de autoexpressão conspícua dos corpos e das indumentárias, de vinculação a determinados círculos sociais e de circulação em determinados circuitos de lugares de socialização, de imaginários urbanos, mapas mentais e valorativos de leitura, navegação e da ordenação socioespacial da cidade, fatores que partem de um *sense of one's self* associado a um *sense of one's place*, tanto quanto os constituem pelas injunções que fazem à experiência, aos corpos, mentes e práticas, mostrando que o território se constitui como um *lugar de origem* expandido.

Nossa leitura da tradução integrada do espaço social nos permite interpretar “de cima a baixo” a territorialização estruturada e estruturante das cidades, de modo que podemos observar empiricamente entre sujeitos socialmente distantes “que encostam cotovelos e ainda assim vivem em mundo totalmente diferentes” (PARK, 1967, p. 26) inúmeras mediações de diferenças que as relações assimétricas entre eles – sempre espacializadas em algum nível – interpõem, dos padrões proxêmicos que regem seus corpos e gestos às localizações de suas moradias em áreas sociais muito distantes ou apenas muito distintas, agenciando de forma (re)produtiva conjuntos complexos integrados de experiência social urbana espacialmente ordenados diferentes, segundo capacidades de territorialização que, afirma Haesbaert (2019, p. 259) são sempre desigualmente distribuídas “entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre um lado de ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização”.

Apesar da complexidade da cidade, em sua densidade populacional, de diferenças e de trocas, o paradigma da casa cabila se mantém válido. A sociedade capitalista de classes se reproduz reproduzindo sua ordem social de divisões, simbólica e existencial, na ordenação do seu espaço urbano. A maior complexidade da topologia do espaço social traduz suas distâncias e oposições impondo ordenamentos e inter-relações entre cultura, espaço geográfico e formas de sociação conforme um intrincado sistema de pesos e contrapesos operado por processos complexos de (des) territorialização cujo caos aparente é legível segundo uma lógica de flexibilização

reprodutiva do poder, que pode ser bem sintetizada pela célebre passagem de Tomasi di Lampedusa, em *O Leopardo*: “se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”.

Referências

- ARANTES, António. A guerra de lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do IPHAN*, n. 23, p. 184-196, 1994.
- ATKINSON, Rowland; HO, Hang Kei. Segregation and the urban rich: enclaves, networks and mobilities. In: MUSTERD, Sako (ed.). *Handbook of Urban Segregation*. Chetelham: Edward Elgar Publishing, 2020.
- ATKINSON, Rowland. Padding the bunker: strategies of middle-class disaffiliation and colonisation in the city. *Urban Studies*, v. 43, n. 4, p. 819-832, 2006.
- BECKER, Howard; PESSIN, Alain. A dialogue on the ideas of ‘world’ and ‘field’. *Sociological Forum*, v. 21, n. 2, p. 275-286, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BITTENCOURT, Tainá; GIANOTTI, Mariana; MARQUES, Eduardo. Cumulative (and self-reinforcing) spatial inequalities: interactions between accessibility and segregation in four Brazilian metropolises. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 48, n. 7, p.1989-2005, 2021.
- BOTERMAN, Willem R.; MUSTERD, Sako. Cocooning urban life: Exposure to diversity in neighbourhoods, workplaces and transport. *Cities*, v. 59, p. 139-147, 2016.
- BOTTERO, Wendy; CROSSLEY, Nick. Worlds, fields and networks: Becker, Bourdieu and the structures of social relations. *Cultural Sociology*, v. 5, n. 1, p. 99-119, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre : Zouk, 2017
- _____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.
- _____. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Les structures sociales de l'économie*. Paris : Les Éditions du Seuil, 2000.
- _____. A casa kabyle ou o mundo às avessas. *Cadernos de Campo*, v. 8, n. 8, p. 147-159, 1999.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.
- _____. Le capital social. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, p. 2-3 jan. 1980.
- _____. “Posfácio”. In: PANOFKY, Erwin. *Architecture gothique et pensée scolastique*. Paris : Éditions de Minuit, p. 133-167, 1967.
- BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Mike. Social capital and networked urbanism. In: BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Mike (eds.). *Social capital and networked urbanism: social capital in the city*. Londres: Basil Blackwell, 2008.
- BRIGGS, Xavier. Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American metropolis. In: *Segregation and the City*, Lincoln Institute for Land Policy, 2001.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 e Eduso, 2000.

- CALHOUN, Craig. Community without propinquity revisited: communications technology and the transformation of the urban public sphere. **Sociological Inquiry**, v. 68, n. 3, p. 373-397, ago. 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura** vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATANI, Afrânio et al (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017
- CATANI, Afrânio; PEREIRA, Gilson. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 20, n. especial, p. 107-120, jul./dez.2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro et al (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.
- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, set. 1997.
- FEITOSA, Flávia et al. Global and local spatial indices of urban segregation. **International Journal of Geographical Information Science**, v. 21, n. 3, p. 299-323, mar. 2007.
- FREHSE, Fraya. Desigualdades no uso corporal dos espaços públicos urbanos na América Latina. **desiguALdades.net**, Berlim, Working Paper Series 95, p. (1-35), 2016a. Disponível em: https://www.desigualdades.net/Working_Papers/Search-Working-Papers/Working-Paper-95-_Desigualdades-no-uso-corporal-dos-espacos-publicos-urbanos-na-America-Latina_/index.html. Acesso em: 01 dez 2022.
- _____. Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 129-158, 2016b. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/856f934c-b4e0-479f-89b1-924caa1b600c/2016_FrehseF_DaDesigualdadeSocialNosEspacosPublicosCentraisBrasileiros.pdf. Acesso em: 01 jan. 2023.
- GIUFFRÉ, Katherine. **Communities and networks: using social networks to rethink urban and community studies**. Cambridge: Polity Press, 2013.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HANQUINET, Laurie; SAVAGE, Mike; CALLIER, Louise. Elaborating Bourdieu's Field Analysis in Urban Studies: Cultural Dynamics in Brussels. **Urban Geography**, v. 33, n. 4, p. 508-529, 2013.
- HUBBARD, Phil; KITCHIN, Rob (eds.). **Key thinkers on space and place**. Londres: SAGE, 2011.
- KLÜGER, Elisa. Espaço social e redes: contribuições metodológicas à sociologia das elites. **Tempo Social**, v. 29, n. 3, p. 83-110, dez. 2017.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEY, David. Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification. **Urban Studies**, v. 40, n. 12, p. 2527-2544, nov. 2003.
- MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: editora UNESP; Centros de Estudo da Metrópole, 2010.
- MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. The dimensions of residential segregation. **Social Forces**, v. 67, p. 281-315, 1988.
- MADANIPOUR, Ali. Can the public space be a counterweight to social segregation?. In:

- MUSTERD, Sako (ed.). **Handbook of Urban Segregation**. Chetelham: Edward Elgar Publishing, 2020.
- MCPHERSON, Miller et al. Birds of a feather: homophily in social networks. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 415-444, 2001.
- MENDONÇA, Jupira G.; ANDRADE, Luciana T.; DINIZ, Alexandre M.A.. Hipersegregação das elites metropolitanas brasileiras na década de 2000: interpretações a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos MetrÓpole [online]**. v. 21, n. 44, pp. 29-53, 2019. Acesso em: 5 de jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4402>
- MUSTERD, Sako. Urban segregation: contexts, domains and approaches. In: MUSTERD, Sako (ed.). **Handbook of Urban Segregation**. Chetelham: Edward Elgar Publishing, 2020a.
- _____. Towards further understanding of urban segregation. In: MUSTERD, Sako (ed.). **Handbook of Urban Segregation**. Chetelham: Edward Elgar Publishing, 2020b;
- NECKEL, Sighard. Zwischen Robert E. Park und Pierre Bourdieu: Eine dritte “Chicago School”? Soziologische Perspektiven einer amerikanischen Forschungstradition. **Soziale Welt**, v. 48, n. 1, p. 71-83, 1997. Disponível em: www.jstor.org/stable/40878428. Acesso em 01/12/2022.
- PARK, Robert E. The City: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick D. **The City**. Londres: University of Chicago Press, 1967.
- PETERS, Gabriel. A caminho da cidade: momentos decisivos de teorização do espaço geográfico em Bourdieu. **Estado e Sociedade**, v. 37, n. 3, set/dez, 2022.
- RÉRAT, Patrick; LEES, Loretta. Spatial capital, gentrification and mobility: evidence from Swiss core cities. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 36, p. 126-142, 2011.
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SAVAGE, Mike. The lost urban sociology of Pierre Bourdieu. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (orgs.). **The New Blackwell Companion to the City**. Oxford: Blackwell, 2011.
- SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro et al (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2018^a.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In: BOTELHO, André (org.). **Essencial Sociologia**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- _____. **Sociology: Inquiries into the construction of social forms**. Vol. 2. Leiden: Brill, 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **FobÓpole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- _____. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, Pedro et al (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.
- _____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SPOSITO, Maria E. B.; GÓES, Eda M. **Espaços fechados e cidades**. São Paulo: Unesp, 2013.

- TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft and Gesellschaft*. In: Parsons, Talcott et al (eds.). **Theories of society: foundations of modern sociological theory**. Vol 1. Nova York: The Free Press of Glencoe, 1961[1887].
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- WACQUANT, Loïc. Bourdieu comes to town: pertinence, principles and applications. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 42, n. 1, p. 90-105, 2018. Acesso em: 1 jan 2023. Disponível em: <https://www.ijurr.org/interventions/bourdieu-comes-to-town-part-i/>
- _____. **Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity**. Durham e Londres: Duke University Press, 2009.
- WEBBER, Melvin. "Order in Diversity: Community without Propinquity." In: WIRIGO, Lowdon. **Cities and Space: the future use of urban land**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1963.
- WELLMAN, Barry. The persistence and transformation of community: from neighborhood groups to social networks. **Report to the Law Commission of Canada**. Toronto: Wellman Associates, 2001.
- WONG, David W.S. Comparing traditional and spatial segregation measures: a spatial scale perspective. **Urban Geography**, v. 1, p. 66-82, 2004.
- _____. Formulating a general spatial segregation measure. **The Professional Geographer**, v. 57, p. 285-294, 2005.
- LI, Fei; WANG, Donggen. Measuring urban segregation based on individuals' daily activity patterns: a multidimensional approach. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 49, n. 2, p. 467-486, 2017.
- ZUKIN, Sharon. **The Culture of Cities**. Massachussets: Blackwell Publishing, 1995.

Recebido: 13 jan 2023

Aceito: 26 fev 2023